

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Como será o amanhã?	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	3
Título: Privatização: por que não?	3
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Discussão sobre conteúdo local separa indústria e operadoras	5
Título: Setor eólico não se sustenta sem novos leilões, defende GE	8
Título: Geração solar sofre revés e investimento será adiado.....	10
Título: Produção de aço nos EUA deve voltar a crescer.....	11
Título: Curtas	12
Título: Notas	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Lucianne Carneiro/Rennan Setti****Título: Como será o amanhã?**

Economia global deve acelerar expansão, mas incertezas são grandes em todo o planeta

Incerteza, imprevisibilidade, instabilidade e insegurança. Essas são algumas das palavras mais usadas para descrever o cenário para a economia mundial em 2017. Embora o consenso entre os analistas aponte para um ano de crescimento global mais elevado, o xadrez político preocupa e pode representar uma ameaça a esse avanço. As atenções de todos estão voltadas sobretudo aos EUA, com a posse de Donald Trump. Além das fronteiras americanas o ano também será marcado por eventos importantes: na Europa, França e Alemanha podem ver o avanço da extrema-direita nas eleições; na China, ocorrerá o 19º Congresso do Partido Comunista (PCC), que ocorre a cada cinco anos e decide os próximos líderes do país.

— As relações internacionais serão mais tensas em 2017 e isso tem consequências para a economia. Temos que nos preparar para um mundo mais perigoso e instável — afirma o professor do Instituto de Economia da UFRJ Luiz Carlos Prado. As projeções para a economia mundial são de crescimento um pouco maior que em 2016, mas em ritmo ainda lento. As estimativas compiladas pela Bloomberg indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial avançará 3,2% em 2017, contra 2,9% em 2016. O Instituto para Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) prevê alta de 2,9%, já levando em conta que os estímulos fiscais prometidos por Trump impulsionem o PIB dos EUA, embora tornem menos favoráveis as expectativas para os emergentes. A agência de classificação de risco Moody's também prevê expansão maior, mas alerta para o “crescente sentimento protecionista”. (...)

RETORNO DA INFLAÇÃO

Dentro da lógica de que nem sempre incerteza se traduz em lentidão, o JP Morgan tem viés positivo com relação à economia global. — Esperamos a continuação dessa tendência que chamamos de “reflação global”, que tem sido percebida desde a segunda metade de 2016 e significa um maior crescimento real da economia e o retorno da inflação global. Esse contexto cria as condições para o crescimento de lucratividade das empresas. Nos últimos anos, a expansão desses lucros veio por meio de corte de custos. Agora passará a vir

também do crescimento das receitas — explicou Gabriela, acrescentando que ainda é difícil estimar o impacto de Trump na economia global. O retorno da inflação global vem em boa hora, indicando maior demanda por parte dos consumidores, segundo a analista.

A inflação global foi de apenas 2,8% em 2015, abaixo da dos cinco anos anteriores (em 2011, chegou a 5,1%). Gabriela explica que isso aconteceu por causa de “uma queda dramática do petróleo”. Para a analista do JP Morgan, o acordo recentemente firmado entre membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec) será importante para a sustentação da commodity. Ela prevê que o barril de petróleo do tipo WTI pode chegar a US\$ 65 (hoje está em US\$ 51). Esse limite se deve à tendência de os EUA aumentarem a produção quando o petróleo chega nesse patamar, aumentando a oferta. Gabriela minimiza a influência que Trump possa ter na expansão da produção, apesar da retórica pró combustíveis fósseis. — As companhias americanas só vão aumentar a produção quando fizer sentido econômico para elas, independentemente do que o governo americano fizer — acrescentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Privatização: por que não?

“Privatização é um mal para o país”. Poucos mitos provaram-se tão enganosos para o Brasil quanto este. O propulsor desse mito talvez tenha sido a campanha “O petróleo é nosso”, que rendeu a criação da Petrobras nos anos 1950. À época, fez bastante sentido, como fizeram sentido a CSN de 1940, a Vale de 1942 e a Chesf de 1945, pois não havia poupança ou acesso a créditos privados vultosos.

O Brasil mudou e o grau de eficiência requerido pela sociedade para as empresas de hoje dificilmente será atendido pelo modelo estatal. A literatura econômica aponta cinco principais entraves à eficiência das empresas estatais: objetivo indefinido, falta de disciplina orçamentária, administração inepta, processo decisório burocrático e uso político. A maior parte das estatais brasileiras sucumbiu diante desses entraves.

Este é o caso das estatais do setor elétrico. Um estudo (White Paper 10, “Gestão Estatal: Despolitização e Meritocracia”, www.acendebrasil.com.br/estudos) sobre as empresas do setor elétrico demonstrou o baixo desempenho das estatais em relação às privadas, tanto em termos econômico-financeiros quanto operacionais.

Há inúmeras evidências que podem desfazer o mito de forma definitiva. Uma delas é a simples comparação de empresas que foram privatizadas no final da década de 1990 com suas semelhantes estatais até hoje. As distribuidoras de eletricidade do Maranhão (Cemar) e de Sergipe (Energisa Sergipe) foram privatizadas e hoje atendem aos requisitos regulatórios estabelecidos pela Aneel e são economicamente saudáveis.

No entanto, em estados vizinhos e semelhantes (Piauí e Alagoas, respectivamente), a realidade é diametralmente oposta. Nesses estados perdem os consumidores, que não têm serviço adequado; perdem os acionistas dessas empresas (entre os quais a União e os fundos de previdência das estatais), que não auferem dividendos; e perde o Tesouro Nacional, que é forçado a fazer aportes bilionários, há décadas, para cobrir rombos nessas empresas, sem perspectiva de retorno.

Essas evidências, entretanto, não foram suficientes para desfazer o mito contra as privatizações. Entre 2003 a 2015, foram criadas 41 estatais em diferentes setores da economia e assistimos ao recrudescimento do uso político das estatais por parte dos governos, incluindo escândalos de corrupção que dominam os noticiários. O setor de energia foi dos mais impactados por essa política, com perdas gigantescas e evidentes para Petrobras, Eletrobras e, pela relevância destas, para toda a sociedade brasileira.

Agora, porém, o Brasil vive um outro momento e é razoável supor que o mito antiprivatizações no setor elétrico finalmente será desfeito. Em primeiro lugar, o esforço do atual governo para reequilibrar as contas públicas não dá espaço para continuar cobrindo rombos bilionários nas estatais. Em segundo lugar, e essa razão é positiva, já há história recente de sucesso que pode ser inspiradora.

O leilão de privatização da Celg, distribuidora de eletricidade de Goiás, ocorreu em novembro. A Enel, empresa que detém concessionárias de distribuição nos estados do Ceará e do Rio de Janeiro, adquiriu 95% do capital da empresa por R\$ 2,19 bilhões. Para obter o retorno desse investimento, terá que investir mais na empresa, equacionar suas dívidas, operar com o máximo de eficiência, cumprir as regras definidas pela Aneel, e assegurar a satisfação de seus consumidores. Os incentivos para a empresa são claros e totalmente alinhados com o que se espera de uma concessionária do serviço público de distribuição. A privatização tornará isso possível.

Depois de tanto tempo sem se falar em privatização, o leilão pioneiro da Celg será repetido: o governo anunciou a privatização das distribuidoras de Piauí, Rondônia, Acre, Amazonas, Alagoas e Roraima. Está próximo o dia em que o mito contra privatizações, vencido pelas evidências, há de desaparecer totalmente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Renato Rostás e Rodrigo Polito**Título:** Discussão sobre conteúdo local separa indústria e operadoras

A discussão sobre mudanças nas regras de conteúdo local tornou antagonistas dois setores produtivos brasileiros: a indústria de transformação e as empresas exploradoras e produtoras de petróleo e gás.

A indústria está preocupada com as mudanças propostas na obrigatoriedade. Depois da descoberta da camada pré-sal, as companhias alegam ter investido quase US\$ 60 bilhões e sofrem com perto de 60% de capacidade ociosa no momento. Mas, se a política não funcionou de fato até agora, as fornecedoras creem que podem perder o pouco que ainda as beneficiava.

Já as operadoras, que estão demonstrando interesse nos próximos leilões de áreas exploratórias, argumentam que alterações na política atual são cruciais para que a vontade se traduza em investimentos durante 2017. Serão cerca de 25 leilões realizados e a disponibilidade de recursos está escassa, com expectativa de uma competição mais acirrada.

Em dezembro, 14 associações e federações estaduais da indústria lançaram o "Movimento Produz Brasil", cujo objetivo é valorizar a inserção sustentável dos fornecedores nacionais, defender o conteúdo local como um mecanismo de política industrial e ressaltar a contribuição da produção nacional na geração de emprego, renda e arrecadação de impostos para o país. As entidades pedem tempo para discutir possíveis mudanças.

Do outro lado da cadeia, o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), que possui frequente canal de comunicação com o governo de Michel Temer, defende a revisão da política de conteúdo local. "Somos a favor de uma cadeia local forte inclusive para tornar o país mais atrativo. Mas somos contra o protecionismo", diz o secretário-executivo da entidade, Antonio Guimarães. "Se você cria uma regra que torna a proteção exagerada, não vai criar uma indústria saudável e vemos isso hoje. Algumas empresas criadas na base do protecionismo não conseguem sobreviver no exterior."

Alexandre Lyra, presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil - associação que congrega as usinas siderúrgicas do país e faz parte do "Produz Brasil" -, acredita que se criou uma imagem, em sua opinião "errônea", de que a política de conteúdo local é "a fonte de todas as mazelas do setor de petróleo". Ele diz acreditar na indústria nacional para atender à demanda, mas critica que,

com a economia enfraquecida e sem uma política governamental para garantir isonomia, a situação vem piorando.

"Entendemos que quando se fala de concessão pública, e as rodadas de leilão de petróleo são isso, é necessário haver contrapartida de geração de emprego e renda no país", afirma José Velloso Cardoso, presidente-executivo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), também parte da coalizão. "Mas no caso do petróleo, a geração, depois de instalados equipamentos, é uma das mais baixas da economia, de empregos e renda."

O presidente da Abimaq teme que, se o Repetro - regime aduaneiro especial para importações e exportações em petróleo e gás - for estendido, como pedem as operadoras, e a obrigatoriedade de conteúdo nacional for flexibilizada, "será imposto um viés importador". Os analistas apostam que o instrumento será estendido neste começo do ano, passando a valer até 2040.

A proposta da coalizão é dividir toda a atividade em subsegmentos e aplicar um mínimo de conteúdo nacional em cada, em vez de adotar o que as operadoras parecem preferir, de um índice global de nacionalização. Se o critério global fosse adotado, as fornecedoras argumentam que apenas empregar mão de obra nacional, por exemplo, seria suficiente. Os segmentos seriam serviços, infraestrutura, máquinas e equipamentos, engenharia de projetos e sistemas, com 30% a 40% de exigência cada.

O Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) vai decidir o que faz com o grau de nacionalização para exploração petrolífera neste mês. Em sua última reunião, no dia 14 de dezembro, ficou acertado que a 4ª Rodada de Áreas com Acumulações Marginais está livre de atender aos índices atuais. A preocupação maior agora é para a 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), prevista para o início do segundo semestre. O certame atrairá o maior número de participantes e ofertará a maior quantidade de blocos exploratórios. As regras devem ser divulgadas até o fim do mês.

O Tribunal de Contas da União (TCU), após realizar uma extensa auditoria sobre o tema durante um ano, já concluiu que a política foi montada, de certo modo, "no improviso" e que, como falha em ministrar regras para um desenvolvimento industrial mais amplo, acaba sendo danosa. A prática também criaria uma espécie de reserva de mercado às fornecedoras, acrescenta o relatório divulgado, mesmo que elas não tenham capacidade para atender à demanda.

"As políticas como são hoje estão restritas ao primeiro e segundo elos da cadeia [da exploração e produção e dos fornecedores diretos, como estaleiros] porque recebem todos os benefícios. O terceiro elo [de máquinas e equipamentos, por

exemplo] fica de fora do Repetro", argumenta Velloso. "Mesmo que o navio seja montado aqui, e isso já vale como conteúdo local, ele pode comprar as peças importadas e muitas vezes a multa compensa, se ela existe. Então não adianta."

Até a Petrobras, que durante os últimos governos foi ponta de lança do programa que prioriza produtos brasileiros nessas operações, passou a se posicionar contra o índice de nacionalização como ele é hoje e outras grandes petrolíferas defendem mudanças. O relatório do TCU cita, inclusive, o quanto a política lesou a estatal - aí o principal motivo de a companhia querer rever as regras atuais.

Pal Eitrheim, presidente da Statoil no Brasil, já disse que mexer nessa variável aumentaria a atratividade da produção. O executivo também pede um regime fiscal mais simples e estabilidade regulatória. Para Lincoln Guardado, presidente da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), o país tem de atrair grandes operadoras e criar capilaridade para a indústria, mas a prioridade também é flexibilizar o conteúdo nacional.

O que a Petrobras defende é uma política regressiva, que lance as bases para a indústria e no futuro abra o mercado para a concorrência aberta. "A Petrobras é a favor de política de conteúdo local e de um modelo que premie inovação, produção com qualidade, custos e prazos adequados e parcerias", diz a estatal, em nota. "Existe espaço para desenvolver uma política de conteúdo local inteligente e efetiva. A Petrobras tem poder de escala muito importante para ajudar."

Para Márcio Félix, secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (**MME**), há quase uma declaração de guerra contra a revisão da política de conteúdo local. "Temos um novo desafio no que diz respeito ao conteúdo local. Estamos vivendo uma verdadeira batalha sobre conteúdo local. Houve uma quase declaração de guerra", disse, em evento realizado em dezembro.

Lyra, do Aço Brasil, ainda afirma que seria necessário discutir a política de conteúdo local para todos os setores, inclusive no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) - no qual o Aço Brasil quer tentar impedir a influência externa. A China, por exemplo, tem interesse em financiar projetos de infraestrutura por aqui, e o instituto teme que consiga também garantir o fornecimento de seus produtos, como estruturas metálicas.

Caso o incentivo seja realmente para comprar material do exterior, Velloso traça um cenário catastrófico. A abertura da exploração para estrangeiras, com redução da participação da Petrobras nos próximos leilões, certamente vai

atrair mais interessadas. Isso pode, diz o executivo, transformar o Brasil em um "país da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]".

"Vamos ficar só com royalty e não gerar [benefício] diretamente para a população. Seremos como Nigéria ou Venezuela. Sem criar uma cadeia de valor agregado, não promovemos riqueza. Esse petróleo não queremos, preferimos que fique no fundo do mar", opina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Setor eólico não se sustenta sem novos leilões, defende GE

A imagem e a credibilidade do Brasil foram prejudicadas pelo cancelamento do leilão de energia de reserva (LER) que aconteceria no dia 19 de dezembro, segundo Jean-Claude Robert, líder da GE Wind para a América Latina. "Sem novas contratações, o setor não se sustenta", disse Robert, em entrevista exclusiva ao Valor.

A GE Wind apostava no sucesso do leilão, que surpreendeu o setor ao ser cancelado com poucos dias de antecedência devido à expectativa de um consumo menor de energia nos próximos anos.

Segundo Robert, o cancelamento às vésperas prejudicou a imagem do país "em um dos únicos setores que ainda gerava crença e interesse, justamente em um momento no qual o Brasil precisa de novos investimentos".

Além disso, o cancelamento pode comprometer a atratividade de novos leilões de energia eólica, segundo o executivo. "Por todas estas razões, acreditamos que um novo leilão é fundamental. Na nossa visão, deve acontecer no primeiro semestre de 2017", afirmou Robert.

A companhia considerava essencial que o governo tivesse contratado um volume de energia eólica no leilão, sinalizando apoio à indústria eólica local.

"Temos sempre uma visão de longo prazo, mas o resultado do leilão seria importante para nós e para toda a indústria", disse Robert. Segundo o executivo, os leilões são uma parte integrante da política industrial para a sustentabilidade do setor elétrico, "pois política industrial se faz com volume e financiamento". A disputa, que foi cancelada, era vista como uma grande sustentação para essa cadeia.

O ideal, segundo Robert, era a contratação de 2,5 gigawatts (GW) a 3 GW de energia eólica por ano no Brasil, para garantir que a indústria de fornecimento siga sustentável e fazendo investimentos.

"O mais importante é o Brasil voltar a crescer. Se a economia voltar, mesmo com percentuais menores, veremos a necessidade de energia nova e competitiva", disse, completando estar confiante de que a indústria eólica brasileira vai voltar aos patamares de atratividade que tinha alguns anos atrás.

A característica do setor eólico no país, complementar à geração hidrelétrica, é outro argumento que justificaria a realização do leilão mesmo com queda na demanda. Segundo Robert, a tarifa paga pelo consumidor tende a ser menor com o menor despacho das termelétricas, que custam mais caro que as eólicas.

Esse foi o primeiro ano em que nenhum projeto de fonte eólica foi contratado desde 2009, quando o setor estreou no país.

Desde então, a GE Wind já entregou 2.189 turbinas eólicas no país, com 4,2 GW de potência. A expectativa é superar 3 mil equipamentos instalados em 2018. A empresa não divulga qual o volume de energia e nem até quando está contratada no Brasil.

Além da presença no país, a GE Wind tem forte interesse em crescer na América Latina. "Estamos muito interessados em crescer na região. Vemos com carinho Argentina, Chile e Peru. Nossa estratégia é começar a capturar negócios nesses mercados também", afirmou o executivo.

Há, porém, o obstáculo da competitividade. "Se avaliarmos que uma máquina brasileira é a melhor solução para um projeto na Argentina, vamos usar. Se for mais competitivo usar uma máquina vinda da Alemanha, dos Estados Unidos ou da China, vamos avaliar", afirmou.

"A exportação pode ser uma alternativa, mas temos que ter competitividade. Quando saímos do Brasil, competimos com chineses, por exemplo", afirmou.

No Brasil, há exigências de conteúdo local atreladas ao financiamento que aumentam a competitividade das máquinas produzidas no país. O mesmo não acontece em outros países, como a Argentina. "Essa dinamica não existe fora do Brasil, então é um jogo. Lá fora, há contratos em dólar, não há exigências de conteúdo local. Os investidores procuram a solução mais competitiva", explicou Robert.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia**Título: Geração solar sofre revés e investimento será adiado**

O cancelamento do único leilão de energia de reserva (LER) que contrataria energia solar fotovoltaica de 2016 pode resultar na postergação de investimentos de produtores de equipamentos dessa fonte no Brasil.

Inicialmente, o governo federal planejava a realização de dois leilões de reserva no ano passado, contratando energia eólica e solar. As duas disputas acabaram sendo canceladas - a última, marcada para 19 de dezembro, com apenas cinco dias de antecedência.

"O cancelamento foi um sinal preocupante para o setor, veio de forma abrupta", disse Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). "Isso gera uma certa frustração e, mais que isso, também gera perda de credibilidade, pelo fato de o anúncio ter sido feito dessa forma", completou.

Segundo Nelson Colaferro, fundador da Blue Sol Energia Solar, voltada para geração distribuída, e presidente do conselho da Absolar, a velocidade no ganho de escala do segmento de energia solar pode ser menor por conta desse cancelamento.

Além de postergar investimentos de potenciais fabricantes de equipamentos para a área de energia solar que consideram se instalar no Brasil, o cancelamento também pode atrasar o desenvolvimento da geração distribuída solar no país.

"Estávamos torcendo para os leilões acontecerem, pois isso traria benefícios para a geração distribuída", disse Pierre-Yves Mourgue, presidente da GreenYellow do Brasil, empresa controlada pelo grupo Casino e especializada em eficiência energética e geração distribuída.

Segundo Mourgue, o setor de geração distribuída não tem o poder de atrair fabricantes para o país, ao contrário daqueles que se concentram em grandes projetos de geração solar centralizada.

Um dos obstáculos para o desenvolvimento de projetos de geração distribuída é justamente o financiamento. Bancos de fomento, por exemplo, exigem percentuais de conteúdo local difíceis de serem atingidos, uma vez que a maior parte dos equipamentos ainda é importada.

"Uma freada nos leilões federais atrasa um pouco isso e dificulta aqueles que precisam buscar uma fonte de financiamento com o BNDES ou outros bancos nacionais", disse Mourgue.

Segundo Colaferro, a postergação de investimentos no segmento deve acontecer apenas no curto prazo. "Em 2017, o governo vai ter de rever a estratégia e voltar a contratar fontes renováveis, solar e eólica com certeza", afirmou Colaferro.

Sauaia também aposta no retorno de leilões de energia solar este ano. "Nossa expectativa é que o governo trabalhe para recuperar a confiança do setor solar e dê uma sinalização de clareza, estabelecendo e cumprindo uma meta objetiva de contratação anual para a fonte nos próximos cinco a dez anos", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Michael Pooler

Título: Produção de aço nos EUA deve voltar a crescer

A indústria siderúrgica dos Estados Unidos deverá voltar a crescer em 2017, com a produção projetada para aumentar em razão das importações menores e da demanda aquecida dos setores de construção e energia.

A produção de aço bruto na maior economia do mundo deverá aumentar em 4,4% este ano, revertendo quase dois anos de contração, segundo aponta a média das previsões de 20 analistas consultados pelo "Financial Times".

Assim como suas congêneres estrangeiras, siderúrgicas americanas como Nucor, US Steel e AK Steel também foram afetadas pelo colapso dos preços do aço no último ano, em meio ao excesso de oferta global, à queda dos preços das matérias-primas e às importações baratas de países como a China.

No entanto, os preços do aço aumentaram ao longo da maior parte de 2016, enquanto em uma reação protecionista autoridades dos EUA, União Europeia e outras regiões restringiram as entradas de materiais comercializados sob condições desleais.

Seth Rosenfeld, analista do banco Jefferies, disse que a corretora prevê uma recuperação da demanda por aço nos EUA em 2017, conduzida por uma atividade vigorosa na construção não residencial e na área de petróleo e gás, apesar da fraqueza do setor automobilístico.

"Os produtores domésticos conseguirão retomar participação de mercado das importações, que vão cair porque as tarifas impostas no começo de 2016 foram muito eficientes", acrescenta Rosenfeld.

Qualquer recuperação de um setor fundamental, que já eliminou dezenas de milhares de empregos desde a virada do século, contribuirá para o otimismo recente entre os investidores.

Após a eleição de Donald Trump, as ações de várias grandes companhias siderúrgicas americanas listadas em bolsas de valores tiveram uma reação em razão da promessa do presidente eleito de destinar US\$ 1 trilhão para projetos de infraestrutura, embora analistas afirmem que os novos gastos provavelmente levarão pelo menos 18 anos para surtir efeito.

No âmbito global, a pesquisa do "Financial Times" sugere mais um ano de produção moderada, com um crescimento de apenas 0,8% em 2017. Embora modesto, ele é o dobro da taxa registrada nos primeiros onze meses do ano passado, segundo dados da World Steel Association.

"O fim persistente do boom das commodities, combinado com a queda dos investimentos de capital ao redor do mundo, são fatores cíclicos importantes que contribuem para as perspectivas fracas", diz John Lichtenstein, diretor-gerente de recursos naturais da Accenture.

Uma importante influência será o comportamento da China, a maior produtora de metais do mundo, que respondeu por quase metade do 1,6 bilhão de toneladas produzido no último ano.

Com as siderúrgicas chinesas acostumadas a despejar o excesso de produção nos mercados internacionais a preços muito baixos, enquanto o consumo doméstico do país esfria, Pequim prometeu fechar fábricas consideradas desnecessárias.

Alguns números do setor questionam o ritmo e escala das reformas, mas os participantes da pesquisa do "FT" preveem que a produção diminuirá 0,3%. Na União Europeia, a previsão é de um aumento de 1,5% na produção este ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

EDF desiste de usina

A Light informou em que a EDF encerrou compromisso de exclusividade para compra de 51% da Usina Hidrelétrica Itaocara. As companhias haviam assinado compromisso em 28 de outubro, com prazo até o fim de janeiro para a conclusão das negociações. A usina é detida indiretamente pela Light por meio da subsidiária Itaocara Energia. Segundo o comunicado, a tentativa de acordo foi cancelada "em razão de não terem sido alcançadas, após a realização de análises pela EDF, todas as condições precedentes para a apresentação de oferta vinculante".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Notas

Moagem de cana recuou 60% em dezembro

O encerramento das operações da maior parte das usinas do Centro-Sul nesta safra- mais cedo que na temporada passada - e as chuvas elevadas da primeira metade de dezembro provocaram queda acentuada no volume de cana processado no período e consequente redução da produção de açúcar e etanol. Foram processadas 7,1 milhões de toneladas de cana no intervalo, diminuição de 60% ante igual período da temporada passada.

Biodiesel - Caramuru consegue aval para nova unidade

A Caramuru Alimentos, uma das maiores processadoras de grãos de capital nacional, recebeu aval da ANP para construir uma nova fábrica de biodiesel em Sorriso (MT). A planta terá capacidade para produzir 285 mil litros por dia - ou cerca de 104 milhões de litros por ano. A construção da unidade, a terceira da Caramuru, custará R\$ 24,5 milhões e será financiada com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

MME / ASCOM.